



ARTIGO ORIGINAL

**Investimentos na saúde pública: a aplicação do PODC na tomada de decisão no Ceará nos períodos recentes (2008 a 2018)**

*Investments in public health: the application of PODC in decision making in Ceará in recent periods (2008 to 2018)*

*Inversiones en salud pública: la aplicación del PODC en la toma de decisiones en Ceará en períodos recientes (2008 a 2018)*

Antonio Marcos de Matos<sup>1,2</sup>

1 - Universidade Regional do Cariri, URCA, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

2 - Faculdade São Francisco do Ceará, FASC, Iguatu, Ceará, Brasil.

**Autor Correspondente**

Nome: Antonio Marcos de Matos

E-mail: [mmatos.adm@gmail.com](mailto:mmatos.adm@gmail.com)

**Resumo:**

Percebe-se que os investimentos financeiros na saúde pública, em suas especificidades, tem uma grande importância para a gestão pública. Tendo em vista a utilização adequada desses, dar suporte aos gestores e por ser responsável pela alocação e utilização adequada dos recursos financeiros da pasta. Diante desse panorama, buscou-se com esse estudo analisar a importância do planejamento financeiro para o setor no processo de tomada de decisões e de investimentos. Neste caso, é importante conhecer as técnicas como lidar com o dinheiro público para que as mudanças no cenário não tragam indicadores negativos para a saúde e estado como um todo. Este artigo apresenta e analisa, através de uma pesquisa e análise de indicadores, os investimentos financeiros e sua aplicabilidade no setor da saúde pública do Estado do Ceará, e a aplicação do PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar) na tomada de decisões. Este trabalho tem como base diversos autores que falam a respeito do tema em tela, mesclou-se, com os dados coletados na pesquisa a real situação de investimentos financeiros no Estado do Ceará.

**Palavras – Chave:** Investimentos Financeiros; Saúde Pública; Tomada de Decisões.

**Abstract:**

It can be seen that financial investments in public health, in their specificities, are of great importance for public management. In order to use them properly, to support the managers and for being responsible for the allocation and proper use of the financial resources of the portfolio. Considering this scenario, this study sought to analyze the importance of financial planning for the sector in the decision-making process and investments. In this case, it is important to know the techniques how to deal with public money so that the changes in the scenario do not bring negative indicators for health and the state as a whole. This article presents and analyzes, through a research and analysis of indicators, financial investments and their applicability in the public health sector of the State of Ceará, and the application of PODC (Plan, Organize, Manage and Control) in decision making. This paper is based on several authors who talk about the topic on screen, merged with the data collected in the research the real situation of financial investments in the State of Ceará.

**Key Words:** Financial Investments; Public Health; Decision Making.

**Resumen:**

Se advierte que las inversiones financieras en salud pública, en sus especificidades, tienen una gran importancia para la gestión pública. Con miras al correcto uso de estos, apoyar a los administradores y responsabilizarse de la adecuada asignación y uso de los recursos financieros de la cartera. Ante este panorama, este estudio buscó analizar la importancia de la planificación financiera para el sector en el proceso de toma de decisiones e inversiones. En este caso, es importante conocer las técnicas de cómo lidiar con el dinero público para que los cambios en el escenario no traigan indicadores negativos para la salud y el estado en su conjunto. Este artículo presenta y analiza, a través de la investigación y análisis de indicadores, las inversiones financieras y su aplicabilidad en el sector de la salud pública en el Estado de Ceará, y la aplicación del PODC (Planificación, Organización, Dirección y Control) en la toma de

Recebido em: 05/08/21

Aceito para publicação em: 30/08/21





decisiones. Este trabajo se basa en varios autores que hablan sobre el tema en cuestión, mezclado con los datos recogidos en la investigación sobre la situación real de las inversiones financieras en el Estado de Ceará.

**Palabras clave:** Inversiones financieras; salud pública; tomada de decisiones.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo das políticas de investimentos e gastos nas finanças públicas bem como a sua aplicabilidade na saúde é uma temática que busca compreender como é feita a arrecadação, os investimentos e se a sociedade como um todo é beneficiada com essas ações executadas por parte dos gestores públicos. A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 traz em seu Art. 1º “Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, isto significa que os entes federativos tem uma “norma” a ser seguida no que diz respeito aos investimentos na Saúde.

Os Estados e do Distrito Federal deverão aplicar na saúde pública o mínimo constitucional conforme a redação da EC 29/2000 quem em seu Art. 7 parágrafo II reza que no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e" (AC), isto é, os estados não podem investir menos do que exigido por lei com a saúde.

Neste contexto, o crescimento das receitas e dos gastos públicos evidentemente deve-se crescer também o investimento na pasta, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da aprovação da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Observar o comportamento dos gestores mediante suas responsabilidades a legislação vigente identificando a dinâmica dos investimentos públicos feito no setor da saúde pública. É possível fazer uma análise dos indicadores dos últimos dez anos e aprofundar, identificando as prioridades apontadas pelo gestor identificando a conformidade com a legislação.

Entende-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) é financiado pelas três esferas de governo onde pode ser construído a partir de múltiplas forças, de maneira que as responsabilidades de fazer saúde não dependa única e exclusivamente de apenas um federado, mas uma responsabilidade compartilhada de forma tripartite. Verifica-se, que se tratando de processo de políticas de saúde, existem alguns estados e municípios que atuam de maneira mais organizada na construção dessas políticas.



O SUS está cada vez mais caro para o governo, haja vista que, com a evolução da tecnologia, os exames cada vez mais complexo, a demanda cada vez maior e a tabela SUS desatualizada, os recursos ficam escassos. Diante desse cenário, só a atenção dos gestores não é o suficiente para atender todas as demandas e exige-se dos mesmos um planejamento estratégico para tornar a políticas de saúde pública mais eficiente e eficaz.

O planejamento é o grande responsável pelo sucesso no âmbito organizacional, independentemente do ramo de atividade, porte e natureza. As organizações que trabalham de acordo com o que fora planejado minimizam os riscos de insucessos e maximizam a margem de receita e poder de competição, e principalmente seus resultados.

Este trabalho tem como principal objetivo evidenciar os investimentos na saúde pública do estado do Ceará, e a importância da aplicação do PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar) na tomada de decisão, como também chamar a atenção para o conceito de planejamento financeiro, uma vez que fica cada vez mais evidente que o sucesso econômico e financeiro está relativos às organizações que apresentam um planejamento, que direcionará os gestores e colaboradores a gerirem com responsabilidade as finanças da empresa bem como a alocação adequada dos recursos financeiros da organização. Na esfera pública que é nosso objeto de estudo, esses documentos são conhecido como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Anual de Saúde (RAG) além do Sistema de Informações sobre o Orçamento Público - (SIOPS).

Apesar de todos esses instrumentos, percebe-se a ausência de um planejamento estratégico, que subsidiaria os gestores na melhor utilização e aplicação desses recursos. Para Rezende (2012), planejamento estratégico é um processo dinâmico, sistêmico, coletivo, participativo e contínuo para determinação dos objetivos, estratégias e ações da organização. Esse processo está embasado nos problemas ou desafios da organização. Isso implica que esse processo envolve todos os colaboradores de uma organização, da alta administração à colaboradores do nível técnico estão envolvidos no processo.

É relevante discutir coletivamente a importância do planejamento para que possa-se ter um bom gerenciamento financeiro e vivenciar na prática o que foi planejado.

Diante de um tema de grande amplitude, faz-se necessário conhecer a importância do financiamento na saúde pública e os impactos positivos nas tomadas de decisão que resultem o aumento da eficiência do resultados, conseqüentemente, no aumento do investimento financeiro do governo.



Para desenvolvimento da pesquisa, tomou-se como principal objetivo averiguar os investimentos realizado por parte do Governo do Estado do Ceará na área da saúde pública. Desse modo, destacou-se como necessários: conceituar finanças públicas, saúde pública e apresentar ferramentas que favoreçam a importância da alocação de recursos na área da saúde.

A análise dos investimentos desses recursos na saúde pública no período de 2008 a 2018 no estado do Ceará, cabe analisar como e quanto foi investido em saúde pública.

Na prestação de serviços, as empresas colocam suas atividades à disposição dos seus clientes procurando atingir suas necessidades de forma que estes fiquem satisfeitos com a qualidade e o tipo de serviço ofertado. Para Marques (2006) a prestação de serviços é uma das mais importantes para o crescimento da economia do Brasil, nos dias de hoje ela tem representado uma grande parte do PIB e alavancado a economia nacional.

Para Honorato (2004, p. 174) “produto é tudo aquilo que pode ser colocado e vendido num mercado, para satisfazer desejos ou necessidades do consumidor”. Os produtos podem ser vistos ou manuseados pelo potencial comprador. São produtos físicos: carros, eletrodomésticos, livros. A embalagem, o design e a cor são importantes estímulos à compra.

Os produtos têm característica de tangibilidade, logo são objeto principal das relações de troca oferecido num mercado para pessoas físicas ou jurídicas, visando proporcionar satisfação a quem os adquire ou consome.

Para Grönroos (1995) os serviços são uma atividade ou uma série de atividades ou benefícios de natureza intangível que normalmente, uma pessoa ou uma empresa possa ofertar a outra pessoa ou a outra empresa. Acontece durante as interações entre clientes e empregados de serviço e/ou recursos físicos ou bens e/ou sistemas do fornecedor de serviços que é fornecida como solução ao(s) problema(s) do(s) cliente(s). Os serviços são classificados como: seguros, atendimento médico, assessoria jurídica, consultoria. Precisam se basear mais na imagem de confiança, qualidade e tradição do fornecedor.

Os cuidados com a qualidade dos produtos e serviços não são uma preocupação recente. Os artesãos desde sempre cuidaram de sua produção em todos os sentidos: criavam, confeccionavam, atendiam o cliente, vendiam, procuravam agradar à clientela... Até hoje, quando a produção é artesanal, o próprio fabricante cuida da comercialização, do atendimento ao cliente e da entrega do produto (SENAC, 2005, p.11).

A realidade no mercado hoje é que todos consumidores, tem muitos concorrentes com qualidade cada vez mais semelhante com preços similares, a construção civil está em alta, o que confirma as exigências por parte dos clientes. Diante disso, ter um bom gerenciamento das finanças é indispensável para as organizações que atuam em qualquer segmento, isso dará uma maior *up* no



fluxo de caixa da empresa possibilitando-a ter um poder de barganha diante da concorrência por ter condições financeiras em oferecer produtos diferenciados, apresentar preços melhores e ter uma qualidade no atendimento e no ambiente organizacional, já no setor público a boa saúde financeira dará maior tranquilidade ao gestor para lidar em situações de escassez de recursos, calamidade pública e emergencial.

Existem organizações de todo tipo e, em todo lugar sempre vai ter uma empresa a ofertar produtos e serviços. A escola, a farmácia, o tribunal de justiça, a igreja são organizações que foram criadas com este objetivo. Elas podem ser classificadas por tamanho, natureza jurídica, área de atuação entre outros critérios. Para Maximiano (2008) as empresas são organizações de negócios, que tem o objetivo de vender produtos e serviços e obter lucros. Para Rezende (2008) O conceito de gestão, sob a ótica da administração, é a aplicação dessa ciência, está relacionada como um conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir a organização e suas funções organizacionais. Pode ser entendida como competência dos gestores nas atividades e nas ações de gestão.

Na organização pública, a gestão pode ser direcionada com a capacidade do governos na gestão das funções federais, estaduais e municipais, bem como a competência na implantação de respectivas políticas públicas para facilitar as ações necessárias na condução do país, dos estados e das cidades, contextualizando a participação dos cidadãos nesses desafios. (REZENDE 2008, p. 65)

As organizações por estarem inseridas no meio social, elas estão sujeitas a diversos fatores que afetam e podem alterá-las, seu modelo de funcionamento, seus produtos e serviços, mudança de foco ou até mesmo sua extinção. No tocante a administração pública, está, esta requer conceitos, preconceitos e métodos da administração pública e da inteligência organizacional pública. É orientada para a prestação de serviços públicos, seja como administração direta ou indireta. Para Gamble (2012) o avanço tecnológico, por exemplo, pode acentuadamente o cenário de uma organização e até mesmo de um determinado setor. Já Tzu (2012, p. 21) destaca que “se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando, a disciplina”.

Para Rezende (2012, p. 89) “a atividade pública ou negócio privado ampliado é o entendimento do principal benefício esperado pelo cidadão ou pelo cliente e mercado alo da organização”. São fatores internos e externos, os internos pode se dizer que tem um maior controle da alta administração e dos administradores e gerência. Exemplo de fatores internos tais como: a



---

cultura organizacional, alocação dos recursos financeiros, aproveitamento da mão de obra especializada, desperdícios de matérias primas.

No setor público, esses fatores aparecem como a inflação, a queda do PIB, declínio da arrecadação e o fator importação e exportação, são fatores que podem contribuir com o planejamento financeiro do gestor público seja ele, federal, estadual ou municipal. Já os fatores externos, por estarem fora do alcance dos gestores das organizações, eles afetam direto ou indiretamente o sucesso de uma organização, as taxas de juros, as decisões políticas, fatores naturais entre outros são exemplos de aspectos que podem afetar uma organização dentro do seu seguimento e meio inserido.

Para agir estrategicamente, é necessário ser inteligente, ou seja, são necessários que os gestores, diretores, a alta organização tenham também um pensamento estratégico, para que possam driblar as dificuldades, reverter situações e alcançarem sucesso nos objetivos de seus negócios, no setor público não é diferente, muitos gestores conseguem atingir bons resultados por pensarem e agirem estrategicamente, criam projetos e planejamentos estratégicos para tomada de decisão, é algo pensado, levando em considerações o mercado atual, suas oscilações, a escassez de recursos, a inflações e outros fatores que possam afetar sua gestão.

Para Rezende (2012) o planejamento estratégico é uma arte de criar estratégias com efetividade, ou seja, pensar estrategicamente e agir respaldado pelo que foi planejado significa dominar o pensamento e conquistar o futuro.

O departamento financeiro de uma organização é um setor que deve ter maior atenção, muitas empresas chegam a agonizarem financeiramente por não darem atenção de como está sendo aplicados os recursos financeiros, quando estes são mal gerenciados e aplicados a tendência é deixar de honrar seus compromissos com fornecedores e colaboradores e isso vai impactar diretamente na imagem da gestão, deixando-a com uma imagem suja, desacreditada, e o desgoverno perante a população.

Segundo Gitman (2010 p. 3) define finança como “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”, os gestores, as organizações precisam entender de como lidar com as finanças da empresa, e isso não pode ser função só da secretaria de finanças do estado ou do município, as demais secretarias como: saúde, educação, turismo, meio ambiente, precisam saber como anda a saúde financeira da gestão pública, e principalmente da sua pasta, para onde está indo esse recurso tão precioso, que prioridades não estão sendo feitas enquanto em outros serviços está sendo gasto desnecessariamente ou que de forma desorganizada. Para ter uma boa administração financeira, a gestão necessita recorrer há um planejamento



---

de suas finanças, definindo para o exercício suas receitas mas principalmente seus gastos, definindo como e onde aplicar os recursos financeiro e seguir à risca o PPA, PAS e LOA.

O planejamento é a parte mais importante de um negócio, ele fortalece a tomada de decisões de investimentos e minimiza os riscos dos objetivos a serem alcançados em longo prazo por uma determinada empresa. Já o planejamento financeiro é um instrumento de apoio que garantirá aos gestores das organizações uma certeza da viabilidade do projeto ou não.

O propósito do planejamento pode ser definido como desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitaram a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. (OLIVEIRA 1999, p. 34).

Os recursos financeiros da empresa devem ser bem alocados e direcionados para que possam garantir os objetivos almejados e o retorno positivo seja garantido. Cuidar das finanças da empresa não é uma tarefa fácil, muitas organizações acabam passando por dificuldades por não saberem destinar os recursos da empresa, e isso acontece por não ter um profissional da área gerenciando este departamento.

Nas micro e pequenas empresas, este departamento normalmente é gerenciado por pessoas ligadas ao empresário, às vezes não tem formação específica para gerenciar tal cargo. Para Gitman (2010, p. 105) “o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações das empresas porque fornece um mapa para a orientação, coordenação e o controle dos passos que a empresa dará para atingir seus objetivos”.

A importância do planejamento financeiro para o setor público é que ele dar uma segurança a gestão nos investimentos em médio e longo prazo, ele concede uma garantia maior de sucesso de investimento, ou seja, através do planejamento financeiro as empresas deixam de olhar para o tempo atual e passam a enxergar o futuro, desenhando um cenário a ser alcançado. Para isso, faz se necessário que seja considerada todas as variáveis, as oscilações de mercados, as taxas de juros entre outros fatores, muitas empresas não tem um profissional especializado na área para gerenciar esse tipo de planejamento, e por não ser gerenciado por um profissional da área corre o risco de fracasso.

Para Jordan (2013) o planejamento financeiro traz muitos benefícios porque ele garante os objetivos traçados pela organização, com isso, há uma maior segurança interna dos investimentos a serem feitos.

As ferramentas administrativas utilizadas pelos administradores nas empresas públicas e privadas, dão maior otimização nos processos, maior agilidade, garantia, maximizando o lucro e



minimizando incertezas. As funções de administrar uma organização significa assumir responsabilidade na execução dos resultados e pela utilização correta dos recursos disponíveis. Para que isso possa acontecer, faz-se necessário a utilização do Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar – PODC, umas das funções básicas do papel do administrador, porém, pouco utilizada, isso se dar pela ausência do profissional de administração frente às organizações. Dessa forma, muitas das vezes a tomada de decisão é de forma leiga ou por profissionais de outras áreas.

O PODC deixa de ser uma simples ferramenta e passa ser indispensável quando utilizada de forma correta. Para Chiavenato (2010) A Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para conceder à saúde ao povo brasileiro, universalizado pela Constituição Federal de 1988 que em seu Art. 196 reza que “[...] a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O texto Constitucional apresenta direito a saúde como uma garantia do Estado, é um dado novo na história das políticas sociais, e ao mesmo econômico, ou seja, o Estado precisa criar políticas que visem a saúde, promoção, proteção e recuperação. Neste contexto, precisa-se criar mecanismos que amplie o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. De fato, observa-se que as grandes filas nos hospitais públicos, as demandas reprimidas de procedimentos de alta complexidade e unidade de saúde com capacidade operacional limitada, traz em tela que a “garantia” da Carta Magna ainda não é uma realidade.

A Lei nº 8.880 de 19 de setembro de 1990, que aborda as condições para promover, proteger e recuperar a saúde, além da organização e o funcionamento dos serviços também relacionados a saúde. Dessa forma, o Sistema Único de Saúde – SUS é instituído por meio desta lei, e todas as ações de saúde passaram a ser regulamentadas em todo o território nacional. Com a participação da iniciativa privada o SUS é aceito em caráter complementar, haja vista que as entidades filantrópicas, entre outros prestadores de saúde de natureza jurídica privada poderão participar do SUS na condição de prestador. Serão regulamentados e supervisionados pelo governo. Neste contexto, as entidades filantrópicas terão prioridades sobre as privadas lucrativas.

Os recursos financeiros necessários à realização das finalidades do estão elencados nos artigos 31 e 32 da Lei 8.880 de 19/09/1990.



---

## **2 MATERIAL E MÉTODO**

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho deu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, de maneira a diagnosticar os investimentos realizados na área da saúde no Estado do Ceará no período de 2008 a 2018.

A pesquisa é de natureza científica, caracterizando-se quanto aos objetivos como exploratória, descritiva e quanto à abordagem do problema como quantitativa. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias com vistas na formulação de problemas de grande apreço ou suposições pesquisáveis para apreciações posteriores e são desenvolvidas com um objetivo de proporcionar uma visão geral. Através desta avalia-se a possibilidade de desenvolver uma pesquisa sobre determinado assunto.

Segundo Rudio (1990) a pesquisa descritiva visa revelar e observar sinais, procurando expor minuciosamente, classificando-os e interpretando o que estiver obscuro.

Para Creswel (2010), a pesquisa quantitativa é uma condição de analisar opiniões sistematizadas objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos.

O campo da pesquisa realizada no Estado do Ceará que possui uma população estimada em 9.075.649 habitantes e de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, estão ativos 261 estabelecimentos de saúde na administração pública direta em todo o Estado.

Serão utilizados como critérios de inclusão da pesquisa, apenas os investimentos realizados na saúde pública do Estado do Ceará no período de 2008 a 2018. Para coleta de dados utilizou-se como instrumento pesquisa no Portal da Transparência do Governo.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os indicadores apresentados a seguir, são resultados das informações coletadas por meio de uma pesquisa realizada no portal da transparência do Governo do Estado do Ceará. Ao consolidar as informações coletadas, foi possível diagnosticar que o investimento na saúde pública do Estado do Ceará foi acima de R\$ 128 bilhões de reais nos últimos dez anos.



**Gráfico 01 – Onde o Estado fez maior investimento**



Fonte: Portal da Transparência/CE, de 2008 a 2018.

As informações referentes aos anos de 2008 e 2009 não estava disponível no portal da transparência, nos anos de que as empresas em estudo são gerenciadas de forma leiga, haja vista que apenas uma tem profissional de nível superior formado na área, e mesmo assim, não faz planejamento financeiro.

**Gráfico 02 – Em que hospital teve maior investimento**



Fonte: SESA, 2008 a 2018

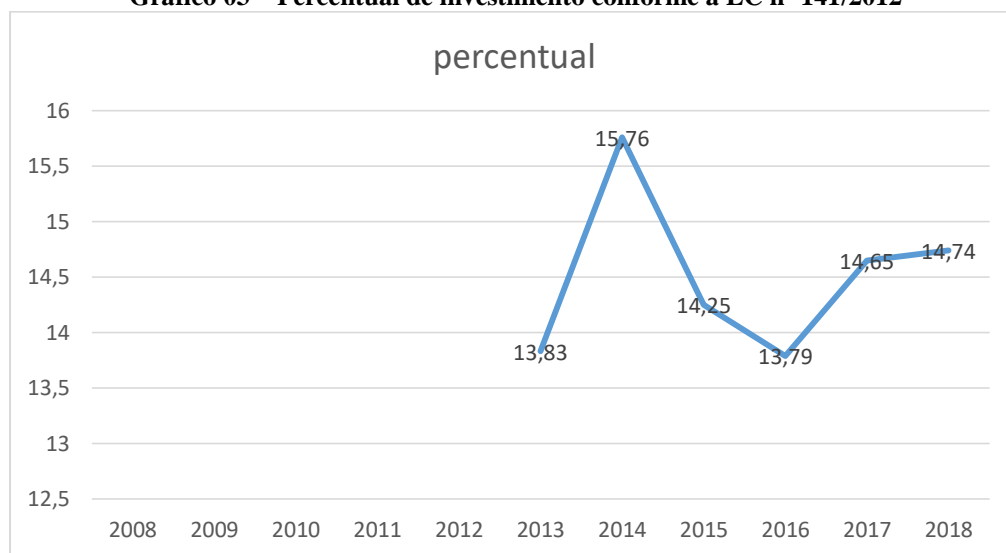
No período analisado, o governo do estado fez grandes investimentos na rede de assistência à saúde, foram construídos três hospitais regionais são terciários, com atendimento regionalizado: Hospital Regional Norte, em Sobral, Hospital Regional do Cariri, em Juazeiro do Norte, e Hospital



Regional Sertão Central, em Quixeramobim. Para construção das três unidades, foram investido 343,43 milhões de reais. Ao todo são 11 hospitais que compõe a rede estadual.

Observa-se que esses investimentos nos hospitais regionais são crescentes, o Hospital Regional do Vale do Jaguaribe - HRV custou duas vezes mais caro que o Hospital Regional do Cariri – HRC. No mesmo período, a assistência à saúde no estado, foi ampliada com 19 policlínicas e 18 Centros de Especialidades Odontológicas regionais construídos.

**Gráfico 03 – Percentual de investimento conforme a LC nº 141/2012**



Fonte: SIOPS, 2012.

O gráfico apresenta os percentuais de recursos próprios aplicados na saúde conforme LC nº 141/2012. Dessa forma, observa-se, que nem mesmo nos anos que foram construídos os hospitais regionais, este percentual cresceu, ficando sempre numa média ente 13 e 15 por cento. Neste sentido, o Estado do Ceará aplica o mínimo constitucional de 12%, porém, não eleva muito esse percentual.

Com o intuito de destacar a importância do investimento financeiro pelo do Estado do Ceará, e, em especial, na área da saúde, alguns fatores foram levantados neste artigo apontando os investimentos realizados por parte do governo do estado, com o intuito de atender as necessidades epidemiológicas, sociais e econômicas dando maior efetividade as políticas de saúde.

O estudo revelou que embora o governo do estado tenha realizado grandes investimentos na área da saúde, há um forte indício que isto não alcance a efetividade total, isso porque a maioria dos municípios está geograficamente distante das unidades que receberam maior investimento: os hospitais polos, CEO's e policlínicas encarecendo no processo logístico para o município.



Outro fator que o estudo trás, é que mesmos nos anos que não foram feitos grandes investimentos, como construção de novas unidades, o mínimo constitucional não se destacou, ou seja, continuou na mesma média entre 13% e 15%.

## 54 CONCLUSÃO

Embora a discussão tenha se limitado aos investimentos financeiros na área da saúde, sempre haverá a possibilidade de que, em outros estudos, se aprofunde o conceito de conjuntura atual dos departamentos, prestadores e unidades de saúde no que diz respeito ao planejamento e gerenciamento financeiro.

Sugere-se, no entanto, como fator de melhoria uma maior importância ao departamento financeiro no setor público, e que este seja feito por profissionais formados e habilitados na área, para que possa dar maior respaldo ao gerenciamento e a aplicabilidade dos recursos financeiros, uma vez que este profissional não aparece no CNES das instituições.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>> Acesso em: 17 de maio de 2019.

BRASIL. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde. Disponível em: <<http://cnes2.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 17. Maio. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GAMBLE, John E. Thompson Jr., ARTHUR A. **Fundamentos da Administração Estratégica - a Busca Pela Vantagem Competitiva**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípio de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing: gerenciamento e serviços**: a com petição por serviços na hora da verdade. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

HONORATO, Gilson. **Conhecendo o marketing**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2004.

JORDAN, Ross Westerfield. **Fundamentos de administração financeira**. 9. ed. São Paulo: Bookman, 2013.



---

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Fábio. **Guia prático da excelência em serviços: como conquistar clientes, aumentar os lucros e viver melhor**. São Paulo: Novel, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 1999

REZENDE, Deniz Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

REZENDE, Deniz Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RUDIO, Frans Vitor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, Editora Vozes, 1990.

SIOPS, **Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/repasses-financeiros/siops>>. Acesso em: 19. mai. 2019.

SENAC. DN. **Qualidade em prestação de serviços**. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.